

PSICOLOGIA ESCOLAR: O DESAFIO DA PRÁTICA PREVENTIVA DIANTE DAS EXPECTATIVAS DISTORCIDAS DA COMUNIDADE ESCOLAR

Nilza de Matos Presto¹
Karen Cristina Alves Lamas²

Resumo

A inserção do psicólogo nas escolas busca contribuir para que o processo educativo se desenvolva de forma eficaz alcançando seus objetivos. No entanto, as definições da identidade do psicólogo escolar são múltiplas e apesar do trabalho do Psicólogo na escola não ser clínico e abranger a instituição como um todo, os educadores ainda demandam um trabalho individualizado. Não obstante, observa-se que o papel do psicólogo escolar tem se modificado ao longo do tempo acompanhando as transformações das demandas educacionais. O presente trabalho tem como objetivo propiciar reflexões sobre o papel do psicólogo na escola e os desafios que esse profissional encontra diante das representações distorcidas que os diferentes atores do contexto escolar construíram a respeito do seu trabalho. A discussão será fundamentada em revisão de literatura realizada em livros e artigos científicos indexados nas bases de dados SciELO e PEPsic, a partir dos textos que versam sobre a história e a prática do psicólogo na escola. Será utilizado também, o relato de uma experiência de estágio supervisionado em Psicologia Escolar. Verificou-se que são muitos os desafios na atuação do psicólogo escolar e, possivelmente, o maior deles é o desconhecimento por parte da comunidade escolar quanto ao papel a ser desempenhado por esse profissional, limitando suas ações ao modelo clínico de atendimento. Essa forma de atuar tende a culpabilizar o aluno, gerando baixa autoestima e discriminação, além de privar os demais estudantes dos benefícios que podem ser produzidos com a inserção dos conhecimentos e práticas advindos da Psicologia. Torna-se necessário que os profissionais reflitam sobre suas responsabilidades, interagindo com todos os funcionários da escola e tendo como foco de seu trabalho a instituição, sem se restringir à queixa em relação aos alunos. Nessa perspectiva, a Psicologia tem muito a oferecer à saúde e ao desenvolvimento de todos os envolvidos no processo educativo. A problematização da atuação do psicólogo escolar e das expectativas dos profissionais da educação em relação a sua prática foi realizada através de um diálogo teoria-prática e possibilitou a compreensão da necessidade de uma redefinição do papel do psicólogo escolar junto aos profissionais da educação, sendo necessária uma maior interação entre ambos para que o trabalho possa ser realizado integrando os diversos saberes, numa equipe multidisciplinar, a fim de garantir educação de qualidade para todos.

¹PRESTO, Nilza de Matos. Graduanda no curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira. Juiz de Fora, MG, 2016. ²LAMAS, Karen Cristina Alves. Doutora em Psicologia e Professora do curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira. Juiz de Fora, MG, 2016.

Palavras-Chave: Psicologia Escolar, Psicologia Educacional, Atuação do Psicólogo.

1 Introdução

A inserção da psicologia nas instituições escolares é vista por Prestes (2009) com a função de investigar as relações que se desenvolvem durante o processo educativo entre os diferentes sujeitos envolvidos, tanto o sujeito que aprende, como o sujeito que ensina.

A presença do psicólogo na rede pública de educação está longe de ser uma realidade no Brasil, porém é necessário destacar os esforços já realizados como o Projeto de Lei nº 3.688/2000 que propõe a garantia de atendimento psicológico a todos os alunos que dele necessitarem (GUZZO; MEZZALIRA; MOREIRA, 2012).

Para discutir a Psicologia Escolar como campo de atuação é necessário compreender o trabalho que é desenvolvido na escola, ou seja, a educação. Libâneo (1992) descreve a Educação como um fenômeno social e universal, sendo um processo de desenvolvimento que visa preparar o indivíduo para viver na sociedade. Dentro desse processo amplo, o autor define a educação escolar como um sistema de instrução e ensino por meio do qual são transmitidos para as novas gerações os conhecimentos acumulados pelas gerações anteriores. Para isso é organizado o processo de ensino-aprendizagem, que receberá influências de fatores externos e internos, uma vez que está inserido num contexto social, cultural e econômico. A psicologia da educação para Libâneo é a ciência que estuda os diversos aspectos do processo de ensino-aprendizagem abordando questões como a organização das relações existentes entre professores e alunos ou dos alunos entre si, estimulação do prazer e interesse pelo estudo, influência do ensino no desenvolvimento intelectual entre outros.

Para Martin e Solé (1996) o papel desempenhado pelo profissional da psicologia na escola foi se modificando em função das variações das demandas educacionais criando assim diferentes modelos de intervenção, os quais apesar de distintos não são excludentes entre si. Destaca-se o modelo clínico ou assistencial que é

focado nas dificuldades do aluno e por isso o profissional atuava na tentativa de reabilitá-lo; o modelo preventivo-educativo ou institucional que analisa a instituição e os diferentes elementos da ação educativa buscando assessorar os professores na condução de suas atividades e o modelo comunitário que é o resultado da ampliação do campo de intervenção do modelo institucional para comunidade na qual a escola se insere.

Atualmente, a Psicologia Escolar busca uma compreensão do fenômeno educacional entendido como produto das relações presentes dentro da escola, e existe um conjunto de estudos e trabalhos na área que rompem com a culpabilização dos alunos e de suas famílias pelos problemas e dificuldades escolares e criam novos instrumentos para serem usados na avaliação psicológica e na compreensão das queixas escolares (SOUZA, 2009).

Neste estudo será realizada uma análise da trajetória da psicologia escolar no Brasil buscando conhecer como se estabeleceu o vínculo entre psicologia e educação, além de uma revisão bibliográfica sobre as formas de atuação dos psicólogos escolares visando compreender as principais dificuldades que enfrentam, quais demandas são direcionadas a ele, o que os educadores esperam dele e qual contribuição a Psicologia tem a oferecer para a Educação. Por fim será realizado o relato de uma experiência de estágio em Psicologia Escolar que contribui para a discussão desenvolvida.

Esse trabalho se justifica por contribuir para fomentar discussões sobre a formação do psicólogo, além de gerar reflexões necessárias acerca da relação teoria-prática para que a produção e a sistematização de conhecimentos que se tem na área de Psicologia Escolar e Educacional possam nortear as ações dos profissionais.

Assim, o objetivo deste estudo foi efetuar uma discussão sobre a função do Psicólogo Escolar, analisando os desafios que o mesmo encontra diante das representações e expectativas que os diferentes atores envolvidos no processo educacional construíram acerca de seu trabalho.

2 Método

Para realização desse estudo efetuou-se um levantamento da literatura em que se buscou por artigos científicos indexados nas bases de dados SciELO e PEPsic, utilizando-se o termo Psicologia Escolar. Foram selecionados e analisados artigos em português e que versavam sobre os temas que interessam a esse estudo, incluindo: trajetória da psicologia escolar no Brasil, formas de atuação do psicólogo escolar, principais demandas e expectativas dos educadores sobre o serviço de psicologia escolar, principais dificuldades enfrentadas por esse profissional, importância desse serviço e possibilidades de atuação. Foram utilizados, também, livros que versam sobre a história e a prática do psicólogo na escola. Para ilustrar a discussão, acrescentou-se o relato de uma experiência de estágio supervisionado em Psicologia Escolar.

3 Resultados/Discussão

O Psicólogo Escolar desenvolve seu trabalho na escola, uma instituição que tem por objetivo a socialização dos conhecimentos acumulados pelos seres humanos durante o desenvolvimento histórico-cultural da sociedade. Vê-se que a escola cumpre uma função social importante que consiste em promover o desenvolvimento de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários para que os alunos possam participar efetivamente da vida política, econômica e social do país. A escola pode ser vista como espaço de contradições onde as decisões tomadas são permeadas por interesses de classes e relações de poder que orientam seus objetivos e as formas de alcançá-los tornando o processo de aprendizagem um produto de influências internas e externas à escola (LIBÂNEO, 1992).

De maneira geral, o Psicólogo Escolar é definido como o profissional que atua nas escolas a fim de melhorar o processo ensino-aprendizagem em todas as suas dimensões, afetiva, cognitiva e social, por meio do trabalho com indivíduos, grupos, famílias e organizações (WECHLER, 1989). Entretanto, diante das possibilidades de intervenção da psicologia na escola, o psicólogo precisa lidar com diversas expectativas dos envolvidos no processo educacional, das quais muitas são distorcidas e representam

uma das principais dificuldades enfrentadas por esse profissional no exercício de suas funções (GIONGO; OLIVEIRA-MENEGOTTO, 2010).

Para compreender como a forma de atuação do psicólogo escolar se desenvolveu e as origens dessas expectativas distorcidas faz-se necessário recordar a trajetória da psicologia escolar no Brasil e sua relação com a Educação. Assim, apresenta-se o contexto histórico dessa relação que esclarece a situação atual e os principais desafios e possibilidades da área.

Percebe-se que a origem da psicologia no Brasil está fortemente associada à educação, sendo a escola um de seus primeiros campos de atuação, que desde o início já exigia soluções dos psicólogos para os principais problemas da educação brasileira. O vínculo entre psicologia e educação se estabeleceu numa época marcada pelo desenvolvimento do capitalismo apoiado numa supervalorização do conhecimento científico, predominando os ideais positivistas e empíricos, que conseqüentemente influenciaram as teorias psicológicas as quais embasavam as práticas dos psicólogos escolares. A Psicologia Escolar já se apresentava como prática profissional no Brasil desde a década de 1940, porém, ganhou força a partir da década de 1960, quando a Lei 4.119 de 27 de agosto de 1962 regulamentou a profissão de psicólogo, instituiu o ensino superior de psicologia e consolidou a psicologia escolar como área de atuação (PERETTA et al., 2014).

Nessa fase inicial, a prática do Psicólogo Escolar se caracterizou por um modelo clínico de intervenção no qual o profissional assumiu uma postura normatizadora, baseada no modelo médico e individualizante, que centrado no aluno estava interessado em desenvolver ações de diagnóstico e tratamento de problemas de aprendizagem (PRUDÊNCIO et al., 2015).

Esse modelo surgiu na Europa, quando a psicologia buscava se solidificar como ciência e para isso visava realizar o estudo dos fenômenos psicológicos, incluindo os educacionais, a partir do modelo usado pelas ciências naturais, que implicava adoção de explicações em termos de causa e efeito, gerando uma psicologização da educação. Isso significou atribuir ao sujeito a responsabilidade por suas dificuldades de aprendizagem, desconsiderando a influências das relações institucionais sobre o processo de desenvolvimento dos alunos, o que acabou por contribuir para mascarar as desigualdades sociais, fortalecendo os ideais capitalistas de que são oferecidas

oportunidades iguais a todos cabendo a cada um se responsabilizar pelo sucesso ou fracasso de seu desenvolvimento (SILVA et al., 2012).

Dentro do modelo clínico, a função do psicólogo era de ajustar o aluno às regras da escola e da sociedade. Priorizando o enfoque psicométrico utilizava-se muito dos testes psicológicos para mensurar a capacidade dos alunos, discriminando os “mais aptos” dos “menos aptos” a aprender, oferecendo atendimento individual a fim de corrigir o aluno “desajustado” e readaptá-lo, organizando classes especiais para os alunos que se desviavam do padrão e encaminhando alunos para os serviços especializados. Seguindo esse modelo o psicólogo evita interferir nas decisões docentes ou questionar a escola, suas normas, metodologia de ensino adotada ou as relações que se dão entre os indivíduos. Limita-se ao atendimento individual do aluno, às vezes realiza atendimento aos pais, orienta a família e os professores sobre o processo de desenvolvimento do aluno, motivo da queixa do professor (ANDRARA, 2005; VALE, 2003).

Como consequência da utilização desse modelo clínico e terapêutico no âmbito da psicologia escolar tem-se as práticas de exclusão resultantes dos rótulos que surgiam com a culpabilização do aluno pelo fracasso escolar. Dentro dessa perspectiva as causas dos problemas escolares são atribuídas a fatores isolados como as diversas dificuldades do aluno, as famílias “desequilibradas”, o ambiente familiar e social entre outras, isentando a escola, seus dirigentes e o estado de quaisquer responsabilidades e, portanto da necessidade de revisão ou questionamento da eficácia de suas práticas educativas, já que o problema é externo ao sistema educacional como um todo (COUTINHO; OLIVEIRA; BARRETO, 2015).

Em síntese, as intervenções de caráter remediativo por um lado favoreceram a passividade dos educadores diante das dificuldades dos seus alunos, já que a psicologia difundia explicações que centravam as causas do fracasso escolar nas características individuais dos alunos, por outro geraram expectativas distorcidas nos professores de que através de atendimento individual o psicólogo tivesse o poder de resolver os problemas. Tais expectativas eram frustradas expondo a ineficácia do serviço de psicologia escolar (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010).

A partir de 1971, a educação brasileira começou a passar por mudanças com a promulgação da Lei nº 5.692. Houve a expansão da escolaridade obrigatória e gratuita

que culminou no aumento do número de alunos e da diversidade na escola, já que esses pertenciam as mais diversas realidades socioculturais. Tais transformações no sistema educacional geraram dificuldades de adaptação em diferentes aspectos como infraestrutura das escolas, concepções e metodologias de aprendizagem. Isso teve como resultado o aumento do número de encaminhamentos de alunos com dificuldades ao serviço de psicologia escolar, representando um desafio para essa área do conhecimento (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010). Diante da grande demanda e da consolidação da formação em psicologia, ao final da década, teve início no Brasil um importante movimento de críticas e questionamentos ao modelo de atuação tradicional em psicologia escolar, que se mostrava ineficaz e não colaborava para superação dos problemas educacionais (PERETTA et al., 2014).

Segundo Giongo e Oliveira-Menegotto (2010) as reflexões que surgiram do movimento de revisão das práticas da psicologia escolar, fundamentaram mudanças essenciais. A Psicologia passou a investigar as relações entre a escola e a sociedade, considerando que o processo educativo é multideterminado. Quanto a isso, Barbosa e Marinho-Araújo (2010) afirmam, também, que o período de crise que se iniciou no final da década de 1970 se prolongou pelas duas décadas seguintes, nas quais foram desenvolvidas diversas pesquisas que demonstravam os problemas causados pela utilização de instrumentos convencionais incapazes de responder as demandas do contexto. Havia a exigência de se construir uma nova forma de atuar.

Surge, então, um novo modelo de atuação, denominado de modelo preventivo ou educativo, ou ainda de modelo institucional, que centra as ações do psicólogo sobre a escola como um todo, problematizando as relações, os vínculos estabelecidos entre alunos e educadores, os quais influenciam no processo ensino-aprendizagem. Esse modelo tem por objetivo a prevenção do fracasso escolar, ou seja, agindo antes do surgimento dos problemas de aprendizagem. Portanto a intervenção se dá sobre todos os elementos da instituição e em todas as etapas do processo educativo. Não se fala mais do aluno-problema, mas de todos os fatores que influenciam no desenvolvimento e na aprendizagem. Existe ainda de um terceiro modelo de atuação que seria basicamente a ampliação do modelo institucional para envolver a comunidade na qual a escola se insere, ou seja, um modelo comunitário, com enfoque nas interações escola-comunidade (MARTIN; SOLÉ, 1996).

No modelo institucional as ações do psicólogo são mais abrangentes e questionam o sistema escolar, dentre elas podemos destacar: participação nos conselhos de classe e no processo de construção do Projeto Político Pedagógico da escola; criação de um espaço de escuta e reflexões dentro da escola envolvendo alunos, professores e demais funcionários com objetivo de trabalhar as interações e os paradigmas; manter contato com professores e alunos para compreender o que pensam e sentem; realizar atendimento com a participação dos docentes para que possam repensar suas práticas; confrontar família e professor criando assim um espaço de diálogo honesto sobre o desenvolvimento do aluno; desenvolver ações junto com a equipe pedagógica, como oficinas, intervenções em sala, participação em reuniões de professores e de pais; desenvolver propostas de trabalho junto aos educadores que visem à eliminação dos rótulos e da estigmatização dos alunos com dificuldades (ANDRARA, 2005; AQUINO et al., 2015).

Não obstante, Prudêncio e colaboradores (2015) verificaram que entre a comunidade escolar ainda predominam expectativas de uma atuação do psicólogo baseada no modelo clínico. Nesse sentido as ações esperadas seriam basicamente o diagnóstico e atendimento individualizado ao “aluno-problema” após o mesmo ser encaminhado ao psicólogo pelo professor, o que ocorre devido a uma queixa a qual pode ser de desvio de comportamento, tanto em termos de indisciplina quanto de relacionamento; ou de problemas de aprendizagem. Em geral questiona-se a capacidade de aprendizagem do aluno, uma vez que o mesmo encontra dificuldades acentuadas, as quais o professor considera desproporcionais para o contexto e não consegue superar com seus métodos em sala. Outra expectativa é de que o psicólogo trabalhe com a resolução de conflitos entre família e escola, mediando tais relações e também a relação entre pais e filhos. É importante destacar que por traz dessa expectativa encontra-se a concepção dos educadores de que a família seja responsável pelos problemas de aprendizagem, de indisciplina, de agressividade, de desmotivação entre outros que atingem os alunos. Para justificar essa ideia os professores apontam a falta de participação dos pais na vida escolar de seus filhos, como por exemplo, ausências em reuniões, acreditando que o envolvimento dos pais solucionaria diversos problemas.

São poucos os educadores que compreendem o psicólogo como profissional comprometido com a promoção e a prevenção da saúde, que deveria direcionar suas

ações para o aperfeiçoamento do processo educacional como um todo e realizar ações de orientação aos professores acerca do trabalho que realizam, além de oferecer apoio emocional aos que dele necessitem (PRUDÊNCIO et al., 2015). A expectativa de uma atuação clínica é o mais presente, gerando dificuldades para realização do trabalho do psicólogo dentro do modelo institucional. Nota-se que os questionamentos realizados à atuação descontextualizada e reducionista que marcou a primeira fase da história da psicologia escolar no país, apesar de terem produzido uma nova forma de pensar e atuar ainda não conseguiu afirmá-la. Desde os anos de 1970, o psicólogo escolar perdeu sua identidade e ainda sofre as consequências, lutando pelo reconhecimento de sua função dentro de outra perspectiva (GIONGO; OLIVEIRA-MENEGOTTO, 2010).

Os profissionais de educação esperam do psicólogo algo diferente do que ele tem a oferecer, gerando uma demanda por um trabalho clínico e dificultando a oferta de uma ação que envolva a instituição como um todo, e que tem muito mais a contribuir com o desenvolvimento e a promoção da saúde de todos os envolvidos no processo educacional. (COUTINHO; OLIVEIRA; BARRETO, 2015; ANDALÓ, 1984). O fato de os educadores desconhecerem as práticas pautadas no modelo institucional e os benefícios que as mesmas podem trazer para o processo educacional demonstra a necessidade de o psicólogo discutir a sua atuação junto aos professores e gestores, para que possam conceber novas possibilidades de atuação para além do modelo convencional. Portanto, é importante que seja desenvolvido um trabalho coletivo para que psicólogos e educadores construam juntos novas formas de compreender e enfrentar os desafios da escola. (GIONGO; OLIVEIRA-MENEGOTTO, 2010).

Evidentemente, há a necessidade de formação permanente e de busca por conhecimentos que ultrapassem a sua própria área, para que o psicólogo seja capaz de realizar um trabalho interdisciplinar. A formação tende a ser deficiente e muitas vezes não contempla as especificidades presentes nos processos educacionais. Ainda, faz-se necessária a luta pela valorização de sua função, visto que seu trabalho é pouco reconhecido e bastante ausente nas escolas brasileiras paradoxalmente a importância da contribuição que tem a dar para o processo ensino aprendizagem. Pesquisas demonstram que são muitas as escolas que não contam com serviço de psicologia e encaminham seus alunos para o serviço particular ou para a rede pública de saúde, o

que não promove o desenvolvimento de práticas educativas contextualizadas (COUTINHO; OLIVEIRA; BARRETO, 2015; ANDALÓ, 1984).

Os resultados encontrados na literatura que apontam para as dificuldades impostas ao trabalho do psicólogo escolar oriundas das expectativas distorcidas dos educadores, os quais ainda demandam uma atuação clínica e a resolução de problemas de aprendizagem e comportamento de forma imediata, puderam ser confirmados pela experiência de estágio que também contribuiu para construção deste trabalho.

O Estágio Supervisionado I, do curso de Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO/JF é disciplina obrigatória, oferecida no 5º período do curso e tem por objetivos proporcionar ao aluno o desenvolvimento de habilidades específicas do psicólogo no âmbito escolar e favorecer a integração teoria-prática através da experiência vivenciada pelo estagiário nas instituições escolares.

O referido estágio foi realizado numa escola pública, localizada em cidade vizinha à Juiz de Fora, que funciona nos três turnos (manhã, tarde e noite), atendendo a uma clientela das séries finais do Ensino Fundamental (6ª ao 9º ano), Ensino Médio (1ª ao 3º ano) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), são atendidos 244 alunos ao todo.

O corpo docente, em sua quase totalidade, é composto por profissionais formados em nível superior, muitos, inclusive, especialistas em suas áreas de atuação. No ano de 2016 o quadro de funcionários da escola é formado por cinco ASB (Auxiliar de Serviços da Educação Básica), dois ATB (Assistente Técnico de Educação Básica), um Secretário Escolar, 21 professores regentes de aula, dois professoras para o uso da biblioteca, uma Supervisora e uma Diretora.

A equipe pedagógica da escola definiu que a intervenção seria realizada na turma do 6º ano B do ensino fundamental, constituída de alunos adolescentes, variando a idade entre 11 e 18 anos, sendo que 50% da turma são alunos com distorção idade/série. A identificação da demanda foi realizada a partir da análise dos resultados da observação da instituição, da turma e das entrevistas com professores e outros funcionários.

É possível identificar as expectativas equivocadas dos professores já pela solicitação de que a estagiária trabalhasse a turma com “alunos-problemas”, argumentava-se que todos os alunos da turma necessitavam de atendimento, inclusive suas famílias. Muitos docentes procuraram a estagiária para falarem especialmente da

angústia de não se sentirem preparados para trabalhar com os alunos com necessidades educativas especiais (por exemplo, alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA) e com os problemas de indisciplina, agressividade e dificuldades de aprendizagem dos demais. Os educadores demonstravam a esperança de uma solução externa, uma intervenção que ao ser realizada sobre o aluno e suas famílias, reduzisse ou eliminasse os problemas.

Pensando numa atuação crítica e de promoção de saúde e desenvolvimento humano que fosse possível realizar em curto espaço de tempo, o foco da intervenção foi trabalhar as habilidades de vida que segundo Murta (2008) inclui habilidades relacionadas à tomada de decisão, resolução de problemas, pensamento crítico e criativo, comunicação eficaz, relacionamento interpessoal, autoconhecimento, empatia, lidar com as emoções e com o estresse. Desenvolver essas habilidades permite ao adolescente adquirir autonomia e maior competência para agir nas diversas situações da vida, inclusive diminuindo a chance de o mesmo desenvolver problemas de saúde como abuso de drogas, gravidez indesejada, criminalidade entre outros.

Para atender a demanda dos professores, que esperavam por soluções para o problema de como lidar com os alunos com Transtorno do Espectro Austista sem apoio de profissional especializado, a prosposta foi instrumentalizar os docentes para atuarem com os alunos com essa necessidade educacacional especial. Então foi fornecido aos professores informações sobre o processo de inclusão desses alunos e estratégias para lidar com eles, de forma a propiciar o desenvolvimento adequado de cada um. Para tanto foi utilizado o guia de orientação a professores sobre Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) em condições de inclusão escolar, o qual é um trabalho que visa auxiliar os professores com informações confiáveis e orientações possíveis de serem implementadas no ambiente escolar. O guia traz a descrição dos quadros que compõem os TEA, bem como conhecimentos básicos sobre a Análise Aplicada do Comportamento que podem ser utilizados no ambiente de salas de aula (KHOURY; et.al, 2014).

A realização do estágio proporcionou o contato com a realidade da instituição escolar, ou seja, experiências com os alunos e funcionários nas suas inter-relações dentro da escola no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Foi possível perceber os diferentes desafios encontrados por aqueles que estudam e trabalham na

escola, ao observar e pensar criticamente sobre tais desafios compreendeu-se a importância do trabalho do psicólogo na escola e os benefícios para educandos e educadores da parceria entre psicologia e educação.

Verificou-se durante o estágio que a comunidade escolar possui uma representação distorcida em relação ao papel do psicólogo na escola, requerendo intervenções pautadas no modelo clínico. Tal expectativa foi evidenciada nos discursos de professores que esperavam que a estagiária trabalhasse com os alunos de forma individual e fora da sala de aula. Solicitaram que fossem realizadas intervenções com alunos com problemas de comportamento ou de aprendizagem de forma a tentar reduzir esses problemas em sala. A distorção de expectativas também pôde ser observada na definição da turma a ser trabalhada, a “turma problema” da escola, estando implícita a ideia de que o problema está nos alunos da turma e não em outros elementos da instituição.

A intervenção realizada com a turma procurou seguir o enfoque do modelo de atuação institucional, não realizando trabalho individual, mas sim em grupo com todos os alunos da turma e inclusive realizando um trabalho de troca de informações com os professores. Buscou-se evidenciar as potencialidades de cada aluno, motivando a participação dos mesmos em todos os trabalhos desenvolvidos e procurando compreender suas motivações para atrair de alguma forma a atenção e o interesse dos mesmos para as atividades.

Desenvolver uma prática institucional é um desafio, devido ao desconhecimento desse modelo de atuação pelos educadores e à supervalorização da prática clínica. Inicialmente os docentes demonstraram frustração por perceberem que as queixas relacionadas a cada aluno não seriam resolvidas como esperavam, mas ao decorrer das atividades ficaram surpresos com envolvimento de determinados estudantes em tarefas, as quais eram diferentes daquelas realizadas na rotina da aula.

A prática institucional deve ser consolidada no contexto escolar, esse é um desafio do psicólogo comprometido com a Educação, os educadores devem ter a oportunidade de conhecer melhor essa possibilidade de trabalho para se tornarem receptivos e assim contribuir para a qualidade do serviço de psicologia na escola.

4 Conclusão

Verificou-se que a atuação do psicólogo escolar sofreu com o tempo diversas alterações, que por um lado trouxeram avanços nas práticas e concepções adotadas, e por outro geraram incertezas sobre a identidade desse profissional. Através desse estudo identificou-se que a prática dos psicólogos se dá a partir de dois modelos de atuação com fundamentações teóricas distintas, uma tendência clínica e individualizada e outra institucional e crítica, sendo essa última a mais adequada por considerar a instituição em sua totalidade contribuindo para melhorar a qualidade do processo educativo. Como aponta Vale (2003), na prática é bastante comum que os profissionais integrem elementos dos dois modelos.

Assim os principais desafios do psicólogo escolar se encontram na necessidade de redefinir seu papel, modificando a representação social de sua função para que possa atuar nas escolas dentro do modelo institucional, o qual determina a sua participação de forma ampliada, não apenas focalizando os problemas já existentes ou um elemento do sistema, mas também agindo segundo um enfoque que visa à prevenção e à promoção da saúde de todos envolvidos no processo educativo.

Não significa, porém que o psicólogo deixará de fazer atendimentos individuais ou de buscar compreender as dificuldades do aluno que possam estar relacionadas a aspectos orgânicos ou familiares, apenas que a investigação de problemas não pode ser limitada a essas explicações e deve superar o modelo tradicional que culpabiliza o aluno e sua família pelo fracasso escolar desconsiderando a multiderminação do mesmo.

O psicólogo escolar na atualidade possui a tarefa de modificar as representações distorcidas da comunidade escolar em relação as suas atividades. Ele deve discutir com os educadores as possibilidades de sua atuação no contexto escolar, para que tenham conhecimento e possam construir em conjunto uma nova forma de atuar, visto que a abertura ao novo só acontece quando se conhece o que está por vir.

Outros estudos são necessários e podem contribuir para compreensão da função social do Psicólogo Escolar diante da complexidade das demandas contemporâneas. A investigação das formas de atuação e das expectativas construídas em torno do serviço de Psicologia nas escolas contribui para ressignificação dessa prática e para formulação de políticas públicas que visem à melhoria da qualidade da educação brasileira.

5 Referências

ANDALÓ, C.S.A. O Papel do Psicólogo Escolar. **Psicol. Cienc. Prof.**, v. 4, n. 1, Brasília, 1984. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100009. Acesso em: 26 de mar. de 2016.

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 196-199, Aug. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de out.. 2016.

AQUINO, Fabíola de Sousa Braz et al . Concepções e práticas de psicólogos escolares junto a docentes de escolas públicas. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 19, n. 1, p. 71-78, Apr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000100071&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de out.. 2016.

BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAÚJO, Clasy Maria. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 393-402, Sept. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000300011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de out.. 2016.

COUTINHO, A.F.J., OLIVEIRA, K.S.A., BARRETO, M.A. A Psicologia na escola: (re) pensando as práticas pedagógicas. **Psico. Educ.**, Jun 2015, no. 40, p.103-114.

GIONGO, Carmem; OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de. (Des) Enlaces da psicologia escolar na rede pública de ensino. **Psicol. USP**, São Paulo , v. 21, n. 4, p. 859-874, 2010 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642010000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de out.. 2016.

GOULART, I.B. **Psicologia da Educação**: Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1993. 163p.

GUZZO, R. S. L.; MEZZALIRA, A. S. C.; MOREIRA, A. P. G. Psicólogo na rede pública de educação: embates dentro e fora da própria profissão. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 329-338, Dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572012000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 de nov. 2016.

KHOURY, L.P.; TEIXEIRA, M.C.T.V.; CARREIRO,L.R.R.; et.al (cols.) **Manejo Comnportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores** (livro eletrônico). São Paulo: Memnon, 2014.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1992. 261p.

MARTIN, H.; SOLÉ, I. Intervenção Psicopedagógica e Atividade Docente: Chaves para uma Colaboração Necessária. In: COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação: psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. cap. 25, p. 415-427.

MURTA, S.G. **Programa de habilidades de vida para adolescentes: um manual para aplicação**. Goiânia: Porã Cultural, 2008, 80p.

PERETTA, Anabela Almeida Costa e Santos et al . O caminho se faz ao caminhar: atuações em Psicologia Escolar. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 18, n. 2, p. 293-301, Aug. 2014 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000200293&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de out.. 2016.

PRESTES, I.C.P.; MINETTO, M.F.J. **Psicologia da Educação**. 2 ed. Curitiba: IESD Brasil, 2009. 188p.

PRUDENCIO, Luísa Evangelista Vieira et al . Expectativas de educadores sobre a atuação do psicólogo escolar: relato de pesquisa. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 19, n. 1, p. 143-152, Apr. 2015 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572015000100143&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de out.. 2016.

SILVA, S.M.C. et al. O psicólogo diante da demanda escolar: concepções e práticas no estado de Minas Gerais. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.** Jun 2012, vol. , no 1, p. 36-49.

SOUZA, M.P.R. Psicologia Escolar e Educacional em Busca de Novas Perspectivas. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 13, n. 1, Jan./Jun. 2009.

VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. Psicologia escolar: um duplo desafio. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 22-29, Mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 de out.. 2016.

WECHSLER, Solange Múglia. Panorama nacional da formação e atuação do psicólogo escolar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , v. 9, n. 3, p. 26-30, 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931989000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: Acesso em: 13 de out.. 2016.